

# Aureliano autoriza PFL a lançá-lo se presidencialismo for aprovado

BRASÍLIA — Após duas horas de reunião com algumas lideranças do PFL, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, deu autorização ao partido para que seu nome seja levado às bases estaduais, com a finalidade de, aprovado o presidencialismo na Constituinte, lançar sua candidatura à sucessão do Presidente Sarney, nas eleições de novembro de 1988.

Aureliano, como vem fazendo quase diariamente, voltou a afirmar que não será candidato em caso de prevaletor o parlamentarismo já aprovado pela Comissão de Sistematização, nem mesmo um sistema híbrido de transição.

— Não sou candidato no parlamentarismo e não vou mais repetir isto porque em latim, quando se nega duas vezes, se está afirmando — disse.

A reunião, com as presenças dos Senadores Marco Maciel, Presidente do partido, Guilherme Palmeira, Jorge Bornhausen e Carlos Chiarelli, estava marcada para às 15h30m. Aureliano chegou ao seu gabinete, onde os Senadores o aguardavam, com uma hora de atraso. Na porta do Ministério já deixou claro que do encontro não se tiraria nada de concreto sobre sua candidatura.

— É precipitação lançar qualquer candidatura antes da definição do texto constitucional e eu não raciocino sob hipótese — comentou.

Enquanto a reunião estava em andamento, o Senador Edson Lobão (PFL-MA) fazia uma pregação contra



Sorrindo, Maciel e Aureliano se despedem, à saída da reunião, no Ministério

o parlamentarismo junto ao elevador:

— Se não derrubarmos esse parlamentarismo que está aí será o prenúncio de um golpe militar. Isto só não vai ocorrer se todos os candidatos aceitarem esse sistema de governo e hoje todos estão contra.

— Ao final da reunião, o Senador Marco Maciel voltou a dizer que Aureliano é o candidato natural do partido, mas quer uma ampla consulta às bases partidárias até que o plenário da Constituinte defina o sistema

de governo. Em outras palavras, isto significa que o nome do Ministro será levado a todo o País como postulante à sucessão, mas sem lançamento oficial da candidatura.

— Vamos ouvir nossos companheiros, não apenas na Constituinte mas em todos os Estados e Territórios — disse o Senador, admitindo que vai viajar pelo Brasil levando o nome do Ministro.

Por um bom período Aureliano estará ausente dessas articulações. Ele viaja domingo para a Europa e só

retorna dia 9. Antes, provavelmente hoje, fará uma visita ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Maciel disse que nem ele nem Aureliano farão qualquer gestão a favor do presidencialismo. Existe apenas uma forma de o parlamentarismo triunfar na Constituinte e Aureliano disputar as eleições: se o sistema permanecer por implantado em 1992, quando Aureliano, caso eleito, estiver deixando o Palácio do Planalto.

Maciel não quis avaliar outras hipóteses, diante do sistema parlamentarista, como a de candidato do PFL ao posto de Primeiro-Ministro.

— Em caso de parlamentarismo, esse posto seria ocupado pelo PMDB — observou.

Ele está muito entusiasmado com a tese das eleições gerais em 1988. Acredita que ela tem muitas chances de ser aprovada no plenário.

— Mesmo na Sistematização, em meio a todo aquele clima emocional voltado para o mandato do Presidente Sarney, ela obteve 40 por cento dos votos. E o movimento a favor dessas eleições, inclusive dos governadores, tem crescido de intensidade — disse.

— Ao contrário do Senador Lobão, Maciel não acredita que o parlamentarismo gere uma instabilidade institucional, mas acrescentou que o novo sistema teria de ser antecipado de algumas medidas de compatibilização, como o voto distrital ou, no mínimo, o voto distrital misto.

# Ministro da Marinha repele o mandato de quatro anos

BRASÍLIA — Mais um Ministro militar manifestou-se contra o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney e a consequente realização de eleições em 88. O Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, disse ontem "que o mandato de quatro anos para o Presidente Sarney não se coaduna com o momento político que viveremos em 1988".

— Os legislativos estaduais redigirão novas constituições para se adequarem à nova Carta magna que entrará em vigor e todo um elenco de leis ordinárias terá de ser votado. Isto não combina com a mobilização política necessária para uma disputa para a Presidência.

Henrique Sabóia foi o segundo Ministro militar a comentar o assunto. O da Aeronáutica, Moreira Lima, afirmou que o País entraria "no caos

e no tumulto com a aprovação do mandato de quatro anos". Seus argumentos são bastante semelhantes aos do Ministro da Marinha.

Agora, falta apenas a manifestação do Ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, sobre os quatro anos de mandato. De uma maneira geral, sabe-se que as Forças Armadas continuam apoiando os cinco anos.

Esta posição poderá ser colocada no discurso que o Ministro Octávio Moreira Lima, fará no dia 15 de dezembro no Clube da Aeronáutica. Nesta data, está marcado o tradicional jantar de confraternização entre os oficiais gerais e o Presidente da República, instituído em 1965 com a Nova República. Os militares acham inviável, no entanto, qualquer virada no plenário da Constituinte.

# Sabóia condena 'revisão do passado'

BRASÍLIA — A decisão da Comissão de Sistematização de permitir que os militares punidos por atos disciplinares, depois de março de 1964, recorram à Justiça, foi criticada ontem pelo Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, pois "o Brasil precisa parar de olhar para trás e enfrentar os desafios do futuro".

— Emendas como a do Deputado José Costa, permitindo o recurso à Justiça aos punidos por atos disciplinares, são claramente uma tentativa de se rever o passado. Para onde iremos se continuarmos assim? Temos de olhar para a frente.

Segundo Sabóia, que falou após a cerimônia do Dia da Bandeira, ape-

sar da aprovação da emenda José Costa (PMDB-AL), a Marinha não está preocupada com a possibilidade de surgir uma avalanche de processos de indenização:

— Todos os que foram punidos por atos disciplinares já recorreram na Justiça e perderam. Acredito que não haverá interesse deles em retornar à Justiça, apesar da emenda José Costa. Eu achei curioso que este assunto tivesse chegado à Comissão de Sistematização, principalmente porque os atos disciplinares sempre foram passíveis de recurso jurídico, sem necessitar de qualquer manifestação da Constituinte.

# Boscacci garante respeito à Carta

PORTO ALEGRE — O Comandante Militar do Sul, General Edison Boscacci Guedes, assegurou ontem que as decisões dos constituintes serão realizadas, mas a responsabilidade será toda deles. Boscacci considerou boa a decisão de definir em quatro anos o mandato do Presidente José Sarney, mas também concordaria se os constituintes tivessem votado pelos cinco anos:

— Se é uma medida esperada por todo o povo brasileiro, acho que é uma boa medida para a Nação. Como acharia também se o Presidente ficasse mais tempo de acordo com a

Constituição.

Boscacci não acredita que a eleição direta para a Presidência em 1988 possa prejudicar o trabalho das Constituintes estaduais e a elaboração das leis ordinárias e complementares da nova Constituição. Mas o que ele faz questão de ressaltar é a disposição de cumprir as determinações da Constituinte:

— Se acharem, dentro da consciência de cada um, que é o melhor para o povo, assim vamos realizar.

Boscacci afirmou que o principal é atingir o objetivo maior, que é dar bem estar a todos.

# Sistema misto volta a ser discutido

BRASÍLIA — Um presidencialismo atenuado, com Parlamento forte e algumas características do parlamentarismo, está sendo estudado por adeptos de cada sistema para ser proposto ao plenário da Constituinte. Seus mentores já acreditam que o parlamentarismo é inviável, por causa da definição dos quatro anos de mandato para o Presidente Sarney.

A proposta prevê a instituição do presidencialismo com a criação de um Conselho de Ministros e a possibilidade de dissolução da Câmara. A

diferença é que não caberia ao Presidente dissolver a Câmara, mas sim a ela própria, que poderia se autodissolver, convocando eleições gerais, até mesmo para Presidente, nos casos de impasse institucional.

Os dois grupos já começaram a se articular: o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), autor de emenda nesse sentido, já tem encontros acertados com o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e com o Senador Marco Maciel (PFL-PE) para discuti-la. Vivaldo começou a articular sua proposta antes mesmo da votação do

mandato de Sarney, quando mostrou sua emenda ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — que a considerou interessante — e a outras parlamentares, entre eles os parlamentaristas Afonso Arinos (PFL-RJ) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

De Cid Carvalho, um dos coordenadores do grupo parlamentarista que defendia mandato de cinco anos, Vivaldo ouviu a afirmação de que, caso o mandato ficasse definido em quatro anos, seria inevitável a manutenção do presidencialismo.

Em Belo Horizonte, o Governador Newton Cardoso informou que, durante sua estada em Brasília na terça-feira, sentiu que existe uma grande possibilidade de que o plenário da Constituinte revogue a decisão da Comissão de Sistematização e mantenha o presidencialismo. O Governador assegurou que continua a defender o mandato de cinco anos. Mas reconheceu que não pode "mudar os fatos" e admitiu a hipótese de que o plenário mantenha o mandato de quatro anos.

# Governar por decretos-leis divide opiniões de deputados e senadores

BRASÍLIA — A intenção do Presidente José Sarney de administrar o País através de decretos-leis, até a promulgação da nova Constituição, e de negociar a dívida externa alheio aos interesses do PMDB, repercutiu de maneira diferente entre os constituintes. O Senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA) não acredita na informação divulgada por um assessor do Palácio do Planalto. Ele se vale da antiga amizade que o liga a Sarney para contestar a utilização contínua de decretos-leis, embora concorde com a condução da dívida externa unicamente pelo Executivo.

— Até onde eu o conheço, administrar por decreto-lei seria o oposto do seu procedimento — afirmou.

Também o Deputado Fernando Santana (PCB-BA) se valeu da boa imagem que tem do Presidente, para não dar crédito à informação: "O Presidente não é homem de retaliação e ele sabe que o decreto-lei, apesar de ser um instrumento constitucional, vem sendo condenado desde a campanha que elegeu Tancredo Neves e ele próprio", disse.

O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, (BA) entende que a perda da maioria no Congresso poderia levar o Presidente à praxe dos decretos-leis. "Como isto não ocorreu, acredito que se dará apenas para as medidas mais imediatas, que não possam esperar pelo tempo dos constituintes. E, para isto, o Presidente tem todo o apoio do PFL", afirmou.

O Senador Jarbas Passarinho, Líder do PDS no Senado, recebeu a notícia com reservas, a ponto de considerá-la um rebate falso. Quanto a dívida externa, Passarinho concorda com sua desvinculação da política, alegando que a demora nos acordos levou à perda de mais de US\$ 2 bilhões (cerca de CZ\$ 120 bilhões).

Sem se aprofundar em números, o Senador Ronan Tito (PMDB-MG) defende o contrário, sustentando que seu partido deve analisar todos os compromissos assumidos em função da dívida. Quanto à utilização do de-



Viana Filho: Sarney faria o oposto

creto-lei, disse ironicamente que Sarney está apenas tentando aliviar a carga dos constituintes, quanto ao exame da legislação ordinária: "Mas posso tranquilizá-lo de que o fardo é leve e que nós acharemos tempo para substituir os decretos-leis".

A argumentação é endossada pelo Senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), que se disse "assombrado" diante da hipótese de ter seu trabalho substituído pelos decretos-leis. Ele defende ainda que o Governo preste contas da dívida externa ao Legislativo, não ao partido, ainda que ele seja majoritário.

O Deputado Alvaro Valle (PL-RJ) tem uma fórmula para impedir um esvaziamento das funções legislativas: "É o caso de o Presidente do Congresso tomar as providências para que o Regimento se adapte de maneira a permitir rapidez na tramitação dos pontos visados pelos decretos-leis".

Um dos principais articuladores do "Centrão", o Deputado Darso Coimbra (PMDB-RJ), acredita que a medida se restringirá ao período de recessão da Câmara e do Senado, que começa dia 5. Ele assegurou que a preocupação do Presidente se prende unicamente à condução da administração federal, sem represálias.

# Quércia: Houve um mal-entendido

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia atribuiu ontem a "uma versão da imprensa que não corresponde à realidade" ou a "interpretações erradas" a intenção do Presidente Sarney de governar sem partidos:

— Ele não vai fazer isso. O Presidente vai governar com o PMDB, o PFL e os partidos que o apoiam, pois não tem outro jeito — afirmou Quércia. — Acredito que o Presidente Sarney admita os quatro anos de mandato, por respeitar a decisão soberana da Constituinte, e deverá permanecer bem-disposto, porque os problemas do País são muito sérios.

Segundo Quércia, esses problemas terão de ser enfrentados com muita firmeza pelo Presidente que, na pior das hipóteses, tem ainda um ano e meio de prazo para fazer um grande Governo. Sobre a possibilidade de Sarney deixar a marca do bom administrador dentro do prazo que lhe resta, o Governador respondeu: "Essas coisas não podem ser julgadas de imediato e só o futuro é que vai julgar".

Após presidir a cerimônia do Dia da Bandeira no Palácio dos Bandeirantes, Quércia negou qualquer preocupação com o fato de o PMDB ainda não ter se manifestado por um nome para concorrer à sucessão do Presidente Sarney e explicou que o partido deverá aguardar a decisão final do plenário da Constituinte, quanto à duração do mandato, para então iniciar a análise dos candidatos. Disse ainda ignorar que Mário Covas pretenda deixar o PMDB para concorrer em faixa própria, talvez criando um novo partido.

— Eu não estou sabendo que Covas pretende deixar o PMDB, mas de qualquer forma os assuntos de política nacional são com o Deputado Ulysses Guimarães.

# Ibsen propõe acordo para manter texto

PORTO ALEGRE — O parlamentarista Ibsen Pinheiro (RS), Líder do PMDB na Câmara, acredita que, para assegurar a implantação do sistema, será necessário negociar com o Presidente José Sarney, pois dificilmente o plenário voltará atrás da decisão de reduzir o mandato presidencial a quatro anos.

Ibsen Pinheiro, que votou pelos cinco anos, acha que o crescimento na Constituinte da tendência favorável às eleições no próximo ano reforça as possibilidades de aprovação do presidencialismo. A proximidade da campanha eleitoral, diz, pressionará nesta direção.

Ibsen defende imediatas negociações com Sarney, que viabilizem a transição do presidencialismo para o parlamentarismo ainda no seu governo. Se isto não ocorrer, ele acredita que a campanha eleitoral se alicerçará no fim do sistema parlamentarista, antes mesmo de sua implantação. Ibsen afirma que o próximo Presidente precisa ter claro que não será o Chefe do Governo mas apenas o Chefe de Estado. O Líder do PMDB observa que a implantação do parlamentarismo no próximo Governo também apresenta inconvenientes, já que haveria necessidade de conciliar o período eleitoral com as adaptações administrativas.

Ele está tranquilo quanto à reformulação do Regimento Interno, apresentando como um avanço a apresentação de emendas no plenário.

Em Florianópolis, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, disse não acreditar que o plenário altere a decisão da Sistematização com respeito ao mandato do Presidente José Sarney. Entretanto, se isto ocorrer, ele acha que o sistema de governo reverterá para o presidencialismo:

— Sou a favor dos quatro anos se o regime for parlamentarista e de cinco se for presidencialista.

Luiz Henrique chegou ontem a Santa Catarina para uma visita de cortesia e para repassar recursos na ordem de CZ\$ 57 Milhões à Universidade Federal. Ele negou ser candidato à sucessão de Pedro Ivo no Governo do Estado. Comentou também a nova lei da informática que, na sua opinião, é tão importante quanto o monopólio do petróleo:

— Ao defendermos esta lei, estamos reafirmando a soberania nacional.

# Brizola vai à TV para fortalecer o presidencialismo

BRASÍLIA — Como forma de fortalecer a tese presidencialista no plenário da Constituinte, o ex-Governador Leonel Brizola estará se lançando extra-oficialmente à Presidência da República no programa do PDT que será transmitido hoje à noite, em cadeia nacional de rádio e televisão.

"O presidencialismo corresponde ao desejo do povo brasileiro de eleger diretamente o responsável pelo Governo da Nação", argumentará Brizola. Para ele, a campanha presidencial será importante para se apontar rumos para o País.

Durante 40 minutos, Brizola fará uma análise da grave crise política, social e econômica e apontará caminhos para o povo brasileiro, mas o assunto de maior destaque será mesmo o sistema de governo.

# Sarney nomeia ex-Secretário da Bahia para a Sudene

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney nomeou ontem para a Superintendência da Sudene o ex-Secretário de Minas e Energia da Bahia Paulo Ganem Souto. Em outro decreto, Presidente estabeleceu que o reajuste de salários do pessoal da Sudene deverá ter o mesmo percentual e será concedido junto com o dos servidores civis da União.

A nomeação de Ganem encerra um longo período de expectativa de nomeação, após a demissão de Dorani Sampaio, por não se submeter à autoridade do ex-ministro do Interior Joaquim Francisco. Sarney chegou a convidar o Vice-Governador de Pernambuco, Carlos Wilson, mas, por causa da reação do PFL, que rompeu a Aliança Democrática e ameaçou se afastar do Governo, congelou a nomeação.

Ganem foi nomeado um dia após o

Presidente declarar que abandonaria o exercício da política para tratar apenas da administração.

Sarney nomeou também Waldemir Messias de Araújo para a Presidência do Banco da Amazônia (Basa).

Paulo Ganem Souto, de 44 anos, casado, três filhos, nasceu em Caeté, a 757 quilômetros de Salvador. Formado em Geologia, foi técnico da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Ceplac), chefiou a Coordenação de Produção Mineral da Secretaria de Minas e Energia da Bahia e foi Secretário de 1979 a 1987, nos Governos Antônio Carlos Magalhães e João Durval. Para assumir a Sudene, deixa a Diretoria de Desenvolvimento da Construtora OAS e a cadeira de Geologia Econômica na Universidade Federal da Bahia.